

DESEMPREGO: TRAJETÓRIAS, IDENTIDADES, MOBILIZAÇÕES

APRESENTAÇÃO

A sociologia brasileira do trabalho desenvolveu, em especial nos anos 1970 e 1980, significativa experiência de pesquisa no que concerne aos estudos sobre o processo de trabalho, à dinâmica das relações sociais em nível micro-organizacional e mesmo aos nexos entre experiência social tecida no trabalho e fora dele, com suas múltiplas e ricas conseqüências analíticas para o estudo das identidades e representações construídas pelos atores sociais no trabalho. Mais recentemente, em especial a partir da metade dos anos 1990, tal reflexão ganhou um novo fôlego ao articular os estudos de empresas às análises de cadeias produtivas e de redes inter-firmas, para as quais ampliou, recolocando, questões de pesquisa deixadas em aberto pela agenda precedente. Assim, a mudança nas relações de trabalho e no ambiente sócio-organizacional, o papel dos agentes e a diversidade dos padrões de inclusão passaram a ter na natureza dos tecidos produtivos uma nova variável a iluminar as nossas interpretações.

Entretanto, as mudanças nas estratégias de empresas, descritas com acuidade crescente, não estavam livres de conseqüências para a dinâmica da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, largamente estudada ao longo desses últimos anos em especial pela economia do trabalho. Tais mudanças voltaram a ser objeto de consideração por parte dos sociólogos, administradores, psicólogos e engenheiros de produção em razão dos seus efeitos sobre as formas de recrutamento, remuneração e mobilidade individual. Por outro lado, a necessidade de interpretar o acesso a posições ocupacionais de variada qualidade (aos chamados “bons” ou “maus” empregos) impunha um olhar mais atento das ciências sociais do trabalho aos padrões de seletividade no acesso à ocupação, à intensificação do trânsito no mercado em contextos de flexibilização das relações de trabalho e às trajetórias de mobilidade ocupacional dos indivíduos. Tais questões eram especialmente relevantes em realidades como a do Brasil, na qual a relação de trabalho assalariado, protegido e de longa duração nunca se constituíra em norma universalizada.

As transições no mercado de trabalho, constantes entre nós e crescentes nos países capitalistas que viviam a quebra de uma norma fordista, tornaram-se um objeto de atenção analítica de primeira hora. Reacendia-se, com isso, o interesse teórico e metodológico pelo estudo das trajetórias ocupacionais de trabalhadores e dos seus efeitos em termos de mobilidade ocupacional e social, aí compreendidos os seus resultados no que tange à inclusão (ou exclusão) dos benefícios e direitos associados ao exercício do trabalho. Essa - que fora uma das temáticas clássicas à Sociologia (do Trabalho, mas também da Estratificação Social) -, reaparece hoje como um novo terreno de indagações, abrindo questões urgentes de cunho metodológico e teórico.

Como estudar tais trajetórias? Quais os desafios abertos às análises quando passamos a ter o tempo como uma variável endógena à construção dos nossos objetos de estudo? Como entender os sistemas de emprego e as suas instituições, tanto quanto as formas de organização do mercado de trabalho nessa nova realidade? Que nexos podem ser estabelecidos entre estratégias de flexibilidade comandadas pelas firmas no plano micro-

organizacional e trajetórias de trabalhadores no âmbito do mercado de trabalho? Como associar reestruturação dos tecidos produtivos e chances individuais no mercado? Como articular diferenças, estigmas socialmente construídos e oportunidades de mobilidade ocupacional abertas a indivíduos sujeitos a tais situações de discriminação? Como interpretar novas identidades e associativismos emergentes? Como relacionar as formas sociais de institucionalização do desemprego e as chances de emergência de novos movimentos sociais de trabalhadores desempregados?

Essas são algumas das questões que uma equipe de pesquisadores de instituições brasileiras e francesas se dispôs a discutir, por ocasião da segunda sessão do Ciclo de Seminários Interdisciplinares “Os Estudos do Trabalho: Novas Problemáticas, Novas Abordagens e Novas Metodologias”. Essa sessão foi dedicada ao tema “Desemprego: Trajetórias, Biografias e Mobilização”, e teve lugar no dia 2 de outubro de 2000, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O envolvimento em projetos comparativos se constituía no elemento de união a articular pesquisadores brasileiros e estrangeiros que participaram desse debate. Pelo lado brasileiro, tais projetos mobilizavam profissionais do Departamento de Sociologia Universidade de São Paulo (USP), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pelo lado francês, estavam arregimentados esforços intelectuais que se desenvolviam em instituições como: o Laboratório “Genre et Rapports Sociaux” (GERS, antigo GEDISST), do IRESCO/CNRS; o Laboratório “Professions, Institutions, Temporalités” (PRINTEMPS), do CNRS, associado à Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines; do “Institut d’Asie Orientale”, do CNRS, associado à Université de Lyon; e do Département d’Animation de la Recherche, Études et Statistiques (DARES), do Ministère du Travail, de l’Emploi et de Cohesion Sociale.

Para esse grupo de pesquisadores era de todo oportuno socializar resultados de pesquisa e inquietações acadêmicas com a rede de interlocutores brasileiros que, desde 1999, vinha se reunindo com regularidade ao redor desse Ciclo de Seminários Interdisciplinares. Estimulava-nos, sobretudo, o interesse de construir uma agenda teórica e metodológica voltada a comparar resultados de pesquisas recentes, levadas a cabo no Brasil, na França e no Japão.

Na busca da boa discussão científica, alguns colegas se juntaram ao Seminário de maneira muito especial, cumprindo o papel de debatedores instigantes. Gisélia Potengy (antropóloga e pesquisadora do Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, sediado no Rio de Janeiro) e Liliana Rolfsen Petrilli Segnini (socióloga e professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas) encarregaram-se de comentar os trabalhos apresentados pelo grupo de brasileiros, na primeira sessão, intitulada “Trajetórias inter-setoriais de mobilidade no mercado de trabalho: comparações intra-nacionais”. Helena Hirata (pesquisadora do Laboratório CNRS “Genre et Rapports Sociaux”, GERS) e Elisabete Dória Bilac (socióloga e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População, NEPO, da Universidade Estadual de Campinas) comentaram os trabalhos do grupo de pesquisadores estrangeiros convidados, que foram apresentados na segunda sessão,

intitulada “Trajetórias, formas identitárias e mobilização: comparações internacionais”.

Os textos discutidos em outubro de 2000, devidamente revistos a partir dos aportes dos comentaristas, constituem a presente coletânea, que integra a série “Trabalho e Sociedade” da Editora Senac. Ela se organiza em duas grandes partes. Cada uma delas preserva os objetivos, indagações e enfoques que se exprimiram e deram sentido ao Seminário. Por isso mesmo, do título à composição do conteúdo, fizemos questão que a coletânea mantivesse o mesmo formato que estruturou os frutíferos debates.

Introduzindo o estilo de tematização, o livro é aberto com o capítulo de autoria de Didier Demazière intitulado “Uma abordagem sociológica sobre a categoria do desemprego”. Nele, o Autor procura sublinhar que o desemprego designa estados cujos contornos mostram-se mutáveis, conforme a posição social dos que falam, as situações nas quais eles se exprimem e os quadros sociais nos quais eles agem. Ao reconhecê-lo, entretanto, o Autor não pretende encapsular essa multiplicidade de registros numa postura relativista extremada que acabe por concluir pelo caráter indeterminado do desemprego e que reduza, na mesma medida, a contribuição da sociologia ao reconhecimento da instabilidade dos fatos e da conceituação sobre os mesmos. Ao contrário, pretende acenar com um método de análise que se ancora na observação de tramas de linguagem, no confronto de distintas gramáticas sociais, a das categorias oficiais e a das categorias comuns, “nativas”. Os conceitos sociológicos resultam da elaboração que as transforma progressivamente, argumentará Demazière, em uma linguagem mais coerente e operacional. Nesse sentido, a abertura da coletânea nos interpela enquanto produtores, usuários e codificadores de distintos universos categoriais, cujo conteúdo semântico e estatuto social precisam ser desvelados. Os estudos sobre trajetórias e biografias conducentes ao desemprego, bem como sobre as formas identitárias e as experiências mobilizatórias dos desempregados, demandam um olhar sociológico e a forma de cognição que o acompanha; mas esta é apenas uma dentre as múltiplas linguagens que orientam a nossa cognição.

A Parte I, intitulada “Trajetórias inter-setoriais e mobilidade no mercado de trabalho: comparações intra-nacionais”, reúne três estudos de caso sobre o Brasil. A aproximá-los está o intuito de refletir, a partir de bases poderosas de dados quantitativos, sobre a natureza e os resultados das transições ocupacionais que têm lugar no mercado de trabalho brasileiro. Esses estudos focalizam diferentes tipos de territorialidades, sejam elas espaços metropolitanos (como São Paulo e Rio de Janeiro, abordados nos capítulos 3 e 4, respectivamente), ou espaços econômicos (como o das cadeias produtivas das indústrias automotiva e química, abordadas no capítulo 2).

No capítulo 2, “Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias inter-setoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira”, Adalberto Moreira Cardoso, Alvaro Augusto Comin e Nadya Araujo Guimarães analisam os impactos da reestruturação nas indústrias automobilística e química sobre as trajetórias dos trabalhadores por elas demitidos no período de mais intenso ajuste ocupacional, a primeira metade dos anos 90. Verificam o que se passa com o retorno desses indivíduos ao mercado de trabalho num momento em que intensa crise econômica se associa a novos padrões de articulação entre a economia nacional e o mercado internacional. Distintas pelo tipo de processo produtivo, por suas modalidades de gestão do trabalho e pela força da organização sindical, essas cadeias são analisadas a partir dos seus dois principais espaços regionais,

São Paulo para a automobilística e Bahia para a química. Os autores procuram testar a hipótese de que, em condições de reestruturação sistêmica, as trajetórias de re-inserção têm um caráter fortemente predatório sobre a qualificação acumulada e a qualidade dos postos de trabalho, caráter este fortemente seletivo no que concerne a características como idade, sexo e escolaridade. Para tanto, lançam mão de uma metodologia de análise longitudinal, reconstruindo padrões agregados de trajetória ocupacional e analisando os perfis daqueles que os perfazem. Uma nova base de registros administrativos, a Rais-Migra, estava sendo testada nesse estudo que se constituiu num dos trabalhos pioneiros, por sua metodologia e por seus resultados, no debate do tema, no Brasil, no final dos anos 1990.

No capítulo 3, “Mobilidade ocupacional. A experiência da Região Metropolitana de São Paulo”, Sandra Brandão, Margareth Watanabe, Sinésio Ferreira e Paula Montagner analisam os fluxos entre as condições de atividade na região metropolitana de São Paulo, nos anos 90, procurando avaliar a prevalência de segmentos específicos da população em cada uma dessas transições. Arguem que perfis diferenciados de experiência profissional, instrução, sexo e idade estão associados a tipos distintos de movimentos internos à força de trabalho ou entre esta e a inatividade. Para obter dados sobre esses fluxos, elaboraram um questionário especial, que circulou, entre abril e dezembro de 1996, como parte integrante da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada em São Paulo pela Fundação Seade e pelo Dieese. Este novo questionário buscava identificar a parcela da população em idade ativa com experiência de trabalho nos anos 1990 e, através do confronto entre sua condição de atividade no momento da pesquisa e aquela imediatamente anterior, pretendia quantificar e caracterizar os vários fluxos a que fora submetida na primeira metade daquela década. Tanto quanto no capítulo anterior, as novas indagações conduzem à necessidade de novos desenhos metodológicos de pesquisa, produzindo avanços relevantes no debate sobre as transições no mercado de trabalho em contexto de intensa reestruturação das firmas e das normas de contratação de trabalhadores.

Encerrando a primeira parte da coletânea, Valéria Pero apresenta, no capítulo 4, um estudo sobre a “Duração do (des)emprego formal e mobilidade ocupacional”. Situa-se num campo temático até então pouco analisado no Brasil, o das implicações do aumento da duração do desemprego e da maior instabilidade do emprego sobre a sociedade, expressas nas chances de reemprego, de construção de identidades, do papel do setor público, dos sindicatos etc. Neste texto, desenvolve um esforço pioneiro no sentido de analisar as chances de mobilidade ocupacional segundo diferentes tipos de trajetória no mercado de trabalho formal, quais sejam: de emprego estável (interno à empresa), de trocas de emprego (emprego com rotatividade) e de saída/exclusão de um emprego registrado (tempo fora do mercado de trabalho formal). Reflete, assim, sobre como os diferentes tipos de trajetória influenciam as chances de crescimento profissional, tanto em termos de mobilidade ocupacional quanto em relação ao salário, dependendo da categoria ocupacional de origem do trabalhador com emprego formal em 1994. Tanto quanto os capítulos anteriores, explora efeitos de variáveis intervenientes que são chave, como sexo, faixa etária e escolaridade. E tanto quanto os textos anteriores, se insere na leva de estudos que procura inovar em termos das formas de medir, mostrando as potencialidades da base de dados Raismigra, também utilizada no capítulo 2, para estudos de mercado de trabalho com análise de painel. Seus resultados nos permitem refletir sobre a dinâmica de um outro mercado metropolitano, o do Rio de Janeiro, indubitavelmente distinto daquele descrito no capítulo anterior, o de São Paulo.

A segunda parte desta coletânea, intitulada “Trajetórias, formas identitárias e mobilização: comparações internacionais” enriquece o debate anterior especialmente em duas direções. No veio substantivo, sem prejuízo de seguir avançando na análise da dinâmica do mercado de trabalho em contextos de flexibilização da norma salarial, um novo eixo temático é trazido à discussão, a saber, aquele que associa as mudanças no mercado de trabalho e os novos padrões de trajetórias à reconstrução de formas identitárias e seus elos com as novas formas de mobilização coletiva. No veio metodológico, sem prejuízo de que a análise longitudinal e de percursos siga sendo um elemento de convergência importante, avança-se no recurso à apresentação de casos cuja contrastação permitirá ao leitor maior densidade nas suas reflexões, agora enriquecido com a análise de distintas realidades nacionais: França, Japão e Itália.

O capítulo 5, “Trajetórias profissionais e formas identitárias. Uma teorização”, de autoria de Didier Demazière e Claude Dubar, encarrega-se de trazer à reflexão do leitor um rico debate substantivo que retoma o conceito de identidade, para pensá-lo de um ponto de vista processual, pelo qual percursos no mercado são associados ao movimento de (re)construção permanente que sofrem as “formas identitárias”. O próprio deslizamento na escolha das palavras, que nos faz passar de “identidade” a “formas identitárias”, é sugestivo de uma mudança de abordagem: da identidade como produto, substancializado, para identidade como processo, como formas (no plural) em permanente constituição. Para fazê-lo, os autores interpelam o seu próprio percurso intelectual, explicando, por um lado, como e por que a noção de “formas identitárias” emergiu indutivamente de seus trabalhos empíricos sobre as transformações do trabalho e do emprego; e, por outro lado, de que maneira ela se modificou, ajustando-se paulatinamente à experimentação e à formalização de métodos de análise dos percursos profissionais. Nas suas palavras, mostram como passaram de uma definição “realista” a uma definição “compreensiva” dessa noção; ou seja, de manejar a categoria “identidade” de um ponto de vista “puramente descritivo e classificatório” a um outro “ideal-típico e construtivista”, dando-lhe um alcance explicativo.

Maria-Teresa Pignoni, no capítulo 6 intitulado “As trajetórias dos demandantes de emprego e o mercado local de trabalho. A experiência de um painel longitudinal na França”, mostra, a partir da apresentação e análise da construção, para a realidade francesa, de um instrumento de medida igualmente inovador, o painel TDE – Trajectoire des demandeurs d’emploi, como a problemática da intensificação das transições ocupacionais foi transformada em objeto de análise com metodologia renovada na França. Ali também as dificuldades de inserção e reinserção profissional com as quais grande parte da população ativa se defrontava eram a marca de mudanças significativas introduzidas no mercado de trabalho na chegada aos anos 1980. A explosão do desemprego, as novas formas de emprego e de gestão da mão-de-obra haviam colocado em discussão os antigos mecanismos de regulação; ao mesmo tempo, as mudanças econômicas, tecnológicas e sociais eram igualmente seguidas de novas imposições à organização do trabalho que se refletiam no mercado de trabalho e que careciam ser abordadas com novas metodologias. Tanto quanto a Rais-Migra, no caso brasileiro, analisada em sua potencialidade nos capítulos 2 e 4, o painel TDE era uma tentativa de fazer face a novas realidades, avançando interpretativamente secundado por novas metodologias. Isso é o que documenta o estudo de Pignoni.

No capítulo 7, “Emprego atípico e desemprego na sociedade japonesa”, Kurumi Sugita faz um esforço imensamente revelador, explorando bases de informação demográfica e ocupacional para documentar os efeitos da ruptura de uma norma de emprego numa sociedade que se tornara emblemática para a reflexão dos sociólogos sobre sistemas de emprego e relações de trabalho – o Japão. A fratura do chamado “sistema de emprego vitalício” e seus efeitos desiguais, notadamente no que concerne aos grupos de sexo e idade, dá lugar a uma sorte de explosão de formas consideradas “atípicas” de emprego e a uma elevação do desemprego que, a partir de meados dos anos 90, também desafiará as interpretações constituídas sobre a sociedade japonesa. A dissolução de um regime de *welfare* solidamente implantado na empresa é mostrada por Sugita com toda a extensão dos seus efeitos, ali onde os elos entre indivíduo e trabalho, sindicato e empresa, indivíduo e estado assumiram formas particulares e desafiadoras frente ao padrão consagrado nas sociedades capitalistas modernas no Ocidente e, muito particularmente face ao caso francês, onde a força da proteção social e das políticas públicas sustentara o sentido republicano da sociedade na expansão fordista.

Já no capítulo 8, “Desemprego e mobilização de desempregados na França e na Itália”, nos traz de volta Maria-Teresa Pignoni numa reflexão sobre os elos entre mudança na estrutura de mercados de trabalho e formas de expressão de interesses coletivos. O tema de por si já seria desafiador e mais se torna quando os sujeitos da ação são justamente os desempregados, cuja capacidade de formulação coletiva e de construção identitária é posta no centro da cena da análise. Inescapável perceber a riqueza do diálogo entre este texto e o que abre esta segunda parte. Retomando os termos em que a própria autora coloca a importância do tema, se o desemprego é uma “invenção”, como brilhantemente o documentou Salais, uma construção social que em toda parte tomou forma com o crescimento do assalariamento e com a implantação de instituições encarregadas de sua gestão, essa conformação varia segundo os contextos nacionais e as épocas; por isso mesmo, interrogar-se sobre a ação coletiva dos desempregados, tentar compreender sua gênese e seus desafios, significa, como bem diz Pignoni, interrogar-se a um só tempo sobre o lugar dado aos desempregados em nossas sociedades e sobre as transformações do desemprego e do trabalho na atualidade. Amplitude, causas, representações, significação, experiência subjetiva do desemprego são efetivamente os resultados de processos que tocam as relações econômicas, sociais e políticas de uma sociedade.

Finalmente, todo esse esforço de interlocução e veiculação de resultados teria sido impossível sem o concurso de algumas instituições. A USP, o Cebrap e a UNICAMP, que promoveram o Ciclo de Seminários. No que concerne a essa sessão em particular, contamos com o patrocínio do CNPq, do Ministério do Trabalho e do Emprego, do SENAC e do CIET e da ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. A sensibilidade de Isabel Alexandre da Editora Senac garantiu a acolhida da nossa proposta de publicação. Entretanto, desta à produção e edição final deste volume contamos com o suporte de um grupo de tradutores e revisores dedicados: Clevis E. Rapkiewicz, Paulo Sergio da Costa Neves, Dominique Revel, Eunice Stenger, Gisela Tartuce, Carmem Cacciacarro e Eloísa Helena Rodrigues a quem agradecemos.

São Paulo, abril de 2005

Nadya Araujo Guimarães

Helena Hirata